



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Considerações sobre as relações entre Brasil-Estados Unidos no século XX: A importância da administração de Barão do Rio Branco (1902-1912) na aproximação entre os dois países

Isabela da Rocha de Souza

Brasília – DF

2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Considerações sobre as relações entre Brasil-Estados Unidos no século XX: A importância da administração de Barão do Rio Branco (1902-1912) na aproximação entre os dois países

Isabela da Rocha de Souza

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação do professor Dr. Carlos Henrique Cardim.

Brasília, 26 de setembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador Dr. Carlos Henrique Cardim

Universidade de Brasília

Prof. Parecerista Dr. Eiiti Sato

Universidade de Brasília

Dedico este trabalho a minha família que sempre esteve ao meu lado me incentivando e motivando.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e minha família por me ajudarem a chegar até aqui. Sem minha vó, madrinha, tia, mãe, pai e irmã eu não teria chegado tão longe. Ao longo da minha jornada aqui na UnB, eles foram minha espinha dorsal e força para continuar avançando e nunca desistir, não importa o quão difícil fosse para mim. Sou grata aos ensaios, livros, artigos, que li ou escrevi, por me ajudarem a me sentir mais confiante, bem informada e eloquente ao me expressar e ao que defendo.

RESUMO

Esta monografia terá como objetivo expor em que circunstâncias as relações entre o Brasil e Estados Unidos se deram no início do século XX e quão relevante as mesmas são com o nosso principal e substancial parceiro histórico, além de abordar a importância da administração Barão do Rio Branco no comando do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912) e explicitar as razões da preferência pela parceria estratégica. Dessa maneira, espera-se que o leitor compreenda como a diplomacia brasileira projetou a base de seu pensamento e atuou para enfrentar e resolver as diversas situações atípicas em que nosso país passou a partir do momento que optou pela forma republicana de governo.

Palavras-chave: Política Externa; Brasil; Estados Unidos; Diplomacia; Relações Bilaterais.

ABSTRACT

This monograph will aim to expose the circumstances in which relations between Brazil and the United States took place at the beginning of the 20th century and how relevant they are with our main and substantial historical partner. In addition to addressing the importance of the Barão do Rio Branco administration which were in charge of the Ministry of Foreign Affairs (1902-1912) and explain the reasons for the preference for the strategic partnership. In this way, it is expected that the reader understands how Brazilian diplomacy designed the basis of its thinking and acted to face and resolve the various atypical situations that our country went through from the moment it opted for the republican form of government.

Keywords: Foreign Policy; Brazil; United States; Diplomacy; Bilateral Relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 — Constituição brasileira de 1891..... | 14 |
| Figura 2 — Bandeira do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil (1889)..... | 14 |
| Figura 3 — Assinatura do projeto da Constituição de 1891, no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro..... | 15 |
| Figura 4 — Os Sertões, de Euclides da Cunha, publicado em 1902..... | 21 |
| Figura 5 — Exemplo de divulgação do café nos EUA..... | 23 |
| Figura 6 — Primeira embaixada dos EUA no Brasil, Rio de Janeiro..... | 24 |
| Figura 7 — Cadernos de notas do Barão do Rio Branco..... | 29 |
| Figura 8 — Caricatura aparecida no jornal “O Malho” de 1/08/1908..... | 31 |
| Figura 9 — Tratado de Petrópolis..... | 34 |
| Figura 10 — Jardins do Palácio Itamaraty na época do Barão..... | 37 |
| Figura 11 — III Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro (1906)..... | 39 |
| Figura 12 — Joaquim Nabuco, primeiro embaixador brasileiro em Washington..... | 42 |
| Figura 13 — O Sr. Elihu Root, ladeado por Pereira Passos e por Joaquim Nabuco, na Tijuca..... | 45 |
| Figura 14 — Elihu Root, secretário de Estado norte-americano. Junto com Rio Branco, foi presidente honorário da III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, em 1906..... | 46 |
| Figura 15 — Foto da Fábrica Internacional de Alimentos da <i>Detroit Publishing Company</i> nos EUA, entre 1900 e 1910..... | 48 |
| Figura 16 — Cartoon do início do século 20 sobre a doutrina Monroe proclamado pelo presidente James Monroe em sua mensagem ao Congresso de 2 de dezembro de 1823..... | 50 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA

Estados Unidos da América

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 — Quadro de ministros das Relações Exteriores (1891-1912)..... | 19 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | |
|--------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
|--------------------|----|

TOMO I: A inserção do Brasil no cenário internacional no advento da República

| | |
|--|----|
| 2. A inauguração da República no Brasil e sua política externa..... | 14 |
| 2.1 As recém adquiridas orientações da política externa e a aproximação com os Estados Unidos..... | 19 |
| 2.2 A importância da historicidade brasileira em sua identidade internacional. Porque o Brasil se tornou internacional?..... | 24 |

TOMO II: O estímulo do Ministro Barão do Rio Branco (1902-1912) para a política externa

| | |
|---|----|
| 3. Considerações sobre o Barão do Rio Branco: O patrono da diplomacia brasileira..... | 29 |
| 3.1 A confiança do governo na diplomacia brasileira: Paz e Negociações como marcas de Rio Branco..... | 34 |
| 3.2 A fundação de um Itamaraty moderno e as relações assimétricas..... | 36 |
| 3.3 A atuação de Joaquim Nabuco: Primeiro embaixador brasileiro em Washington..... | 42 |

TOMO III: Os EUA como principal potência internacional em ascensão no século XX

| | |
|---|----|
| 4. A ampliação da política externa americana: Como os Estados Unidos se tornaram uma potência internacional?..... | 49 |
| 4.1 O parecer brasileiro favorável à Doutrina Monroe..... | 53 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 55 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 58 |

1. INTRODUÇÃO

As reflexões acerca das relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos, foram e vêm sendo demasiadamente importantes para o país desde que nos entendemos como uma república de fato. Sobretudo, é somente no início do século XX, que foram postas mudanças nas orientações políticas do país. Anteriormente, o governo imperial expressava certa inclinação pela república estadunidense, contudo, os laços estreitos diplomáticos com a Inglaterra continuaram sendo mantidos. Por isso, com a instauração da república, não demorou muito para que os princípios, convicções e ideais americanistas fossem admitidos no Ministério das Relações Exteriores.

Apesar do começo turbulento da república, a estabilidade política e financeira foi finalmente obtida no governo de Campos Salles (1898-1902), período este onde o cenário se apresentou introdutoriamente mais favorável à atuação brasileira no contexto internacional. Posteriormente, é no governo de Rodrigo Alves (1902-1906) e no início da gestão de José Maria da Silva Paranhos Júnior (mais conhecido como Barão do Rio Branco), que foram desenvolvidas novas orientações, preceitos e estratégias que fizeram o Brasil ser relevante em contexto internacional. O ministro foi dono de uma tremenda competência em suas ações, o que justifica seu sucesso e conhecimento no cargo até o ano de 1912.

Em sua administração, Rio Branco reforçou e aproximou as relações políticas entre Brasil dos Estados Unidos, destacando a importância que essas relações entre ambos os países tiveram no desenvolvimento da política externa brasileira, ampliando o prestígio do Brasil a nível internacional, transformando a política externa brasileira mais progressista, significativa, moderna e atuante. Foi somente fortalecendo os laços com os EUA, país em grande ascensão e forte candidato ao “cargo” de potência mundial, que Rio Branco garantiria benefícios e inúmeros ganhos, tanto internacionalmente quanto domesticamente à nação brasileira, bem como melhorando nossas relações com os outros países vizinhos.

De acordo com a folha informativa de Relações Bilaterais, do próprio Departamento de Estado dos EUA, os Estados Unidos e o Brasil desfrutaram de relações políticas e econômicas grandiosas. Se no século passado os países tinham muito a oferecer, nos atuais mais ainda, pois como duas das maiores democracias e economias do Hemisfério Ocidental, ambos os países têm uma parceria que está

enraizada em um compromisso compartilhado de expandir o crescimento econômico e a prosperidade; promover a paz internacional e o respeito pelos direitos humanos; e fortalecer a cooperação em defesa e segurança.

Já dizia Benjamin Franklin, um dos *founding fathers*¹: “Ou escreva algo que valha a pena ler ou faça algo que valha a pena escrever”.² Com o propósito de trazer mais relevância e atrair estudantes a se interessarem no tema, a monografia se debruçará em descrever, em três partes, as circunstâncias e os motivos da política exterior brasileira ter buscado cultivar as relações diplomáticas com os Estados Unidos, mais especificamente na administração Barão do Rio Branco, ao mesmo tempo que certifica a importâncias destas relações para o cenário internacional.

No tomo I, buscou-se compreender melhor como o Brasil se inseriu no contexto internacional no advento da República, através das recém adquiridas orientações da agenda da política externa da época. No tomo II, buscou-se analisar o estímulo que o Barão do Rio Branco ofereceu a política externa, detalhando a sua pessoa, a confiança que o Barão passava ao governo brasileiro, sempre trazendo resultados, e a escolha de Joaquim Nabuco como primeiro embaixador da embaixada brasileira em Washington. E finalmente, no tomo III, buscou-se analisar brevemente como os Estados Unidos se tornaram uma potência internacional e as reações do Brasil sobre a Doutrina Monroe. Em síntese, analisar de forma factual, como essas relações e por quais processos históricos se deram, é necessário para que a Ciência Política possa compreender e ter em registros o porquê das relações com a maior potência do mundo terem sido tão significativas para o pensamento diplomático brasileiro a partir do século XX.

A monografia teve como objetivo, trazer uma resposta à seguinte temática: “Quais razões motivaram o ministro Barão do Rio Branco a privilegiar as relações diplomáticas com os EUA durante sua administração no Ministério das Relações Exteriores?”. A partir do objetivo geral de analisar o papel da gestão de Rio Branco na

¹ Os Pais Fundadores dos Estados Unidos (em inglês: *Founding Fathers of the United States*) são os líderes políticos que assinaram a Declaração de Independência ou participaram da Revolução Americana como líderes dos Patriotas, ou que participaram da redação da Constituição dos Estados Unidos onze anos mais tarde.

² Conselho de Ben Franklin (polímata estadunidense), “*Either write something worth reading or do something worth writing (about).*” Esta citação de Franklin é do “Poor Richard's Almanac” em 1738. Disponível em: <<https://stanphelps.com/either-write-something-worth-reading-or-do-something-worth-writing-about-ben-franklin/#:~:text=%E2%80%9CEither%20write%20something%20worth%20reading,about>>. Acesso em 28 de abril de 2022.

política de aproximação com os Estados Unidos do século XX e destacar sua contribuição para a política externa brasileira.

Outrossim, o trabalho visou desenvolver explicações aos objetivos específicos de quais tradições da diplomacia brasileira se associaram com o país norte americano; como a escolha de Joaquim Nabuco, como primeiro embaixador nos EUA influenciou nestas relações; qual legado Rio Branco deixou a política externa após esta aproximação e de que maneira essas relações entre ambos os países se mostraram para o mundo no século XX. A metodologia utilizada para alcançar os objetivos foi o método histórico, a partir de uma abordagem qualitativa, compreendendo a evolução histórica como instrumento de análise. Dessa maneira, a presente monografia se preocupou seriamente com a historicidade, colocando e identificando as raízes das configurações dos resultados entre as relações entre os dois países.

Apesar do assunto não ser contemporâneo, substancialmente pouco estudado, com poucas obras específicas, e de grande relevância, o assunto até o presente momento não foi encontrado no repositório de monografias do Curso de Ciência Política da Universidade de Brasília. Por essa razão, é necessário que tenhamos pesquisas voltadas às temáticas da política externa, pois estudar especificamente a política externa brasileira, a diplomacia e suas relações com outros países, compreendendo melhor seus processos decisórios, não deveria ser um trabalho exclusivo dos alunos de Relações Internacionais (situação vista em muitos casos), mas também dos estudantes da Ciência Política, justificando assim a motivação maior para pesquisa sobre o assunto tão importante e que tem muito a contribuir.

TOMO I: A inserção do Brasil no cenário internacional no advento da República

2. A Inauguração da República no Brasil e sua Política Externa

A inauguração da República no Brasil se deu em 15 de novembro de 1889, como bem sabemos, marcando o declínio do sistema monárquico e o início da conhecida República Velha (1889-1930). Assinalando como uma das maiores repúblicas do mundo, o Brasil a partir daquele momento, teria que lidar com uma questão recorrente de consolidação de uma democracia e cidadania. Desta maneira, Burns (2003, pg. 17) destacou:

“(...) com um território de 8,4 milhões de quilômetros quadrados, a nova república era maior do que os Estados Unidos, ligeiramente menor que a Europa. Geograficamente, dominava a América do Sul e apontava um dedo estratégico com a África. Cobrindo metade da área continental da América do Sul, sua população multirracial, descendente de europeus, africanos e indígenas, crescera de dezessete milhões em 1900 para vinte e três milhões em 1910. Comparado com outras nações do hemisfério, o Brasil tinha não só uma das composições e amálgamas raciais mais variadas como também uma das maiores populações (...) Uma das repúblicas gigantescas do mundo, o Brasil tinha a atenção geral voltada para si, na expectativa das inovações que poderiam ser criadas sob a nova forma de governo”.

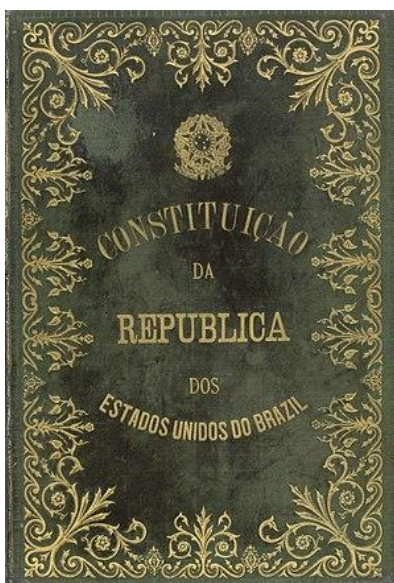
Com uma nova forma de governo, naturalmente nasceria uma nova constituinte. O Brasil, respirando ares republicanos, naturalmente queria se desligar de quase tudo que se assemelhava ao passado. Com a orientação de Rui Barbosa³ e uma comissão de cinco membros, foi elaborada a Constituição de 1891, instituindo o federalismo no país.

A Constituição carregou uma vigorosa inspiração na Constituição dos Estados Unidos. Vigorosa, primeiramente porque inovou, selecionando referências da

³ Rui Barbosa (1849-1923) foi um político, diplomata, advogado e jurista brasileiro. Representou o Brasil na Conferência de Haia, foi reconhecido como “O Águia de Haia”. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e seu presidente entre 1908 e 1919. Disponível em: <<https://andt.org.br/academicos/ruy-barbosa-de-oliveira/>>.

constituição americana com concepções constitucionais conterrâneas na Europa, ao empregar de maneira independente e harmoniosa os três Poderes do Estado: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, substituindo o extinto poder moderador. E secundamente, porque o país passou a ser chamado de Estados Unidos do Brasil, adotando até mesmo a mesma bandeira, mudando somente as cores. (BANDEIRA, 1997, pg. 121)

Figura 1 – Constituição brasileira de 1891.



Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, sob guarda do Arquivo Nacional.

Figura 2 – Bandeira do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil (1889)



Fonte: Wikipédia.

Quando promulgada a Constituição, a República rompeu de vez com a dinâmica de Estado Imperial, deliberando para um período de ajuste, bem como observado nos governos de Deodoro da Fonseca (1889-1891)⁴ e de Floriano Peixoto (1891-1894)⁵, nos quais nitidamente não se estabeleceram novos papéis e novos atores. A influência do *Uncle Sam*⁶, era tida como o “estado de espírito” das classes, contrário à preeminência da Grã-Bretanha. (BANDEIRA, 1997, pg. 121)

Figura 3 – Assinatura do projeto da Constituição de 1891, no Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.



Fonte: Congresso Nacional.

Na administração de Prudente de Moraes (1894-1898)⁷, alguns dos recentes atores já se encontravam estabelecidos e os descontentes com a fração política e forças não se manifestaram novamente. Diante disso, é somente no governo de Campos Sales (1898-1902)⁸, que a estabilidade política e financeira foi finalmente estabelecida, período este onde o cenário se apresentou introdutoriamente mais favorável à atuação brasileira no contexto internacional.

⁴ Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, mais conhecido como primeiro o presidente do Brasil e proclamador da República no país, foi um militar e político, natural da cidade de Alagoas. Seu governo ficou marcado pelas atitudes autoritárias, que resultaram no desgaste de sua posição como presidente e, conseqüentemente, na renúncia.

⁵ Eleito vice-presidente em 25 de fevereiro de 1891, Floriano assumiu a Presidência da República, seguidamente da renúncia do marechal Deodoro da Fonseca. Seu governo enfrentou, com o apoio e a força do Exército, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893) e a Revolta da Armada (1893).

⁶ O “*Uncle Sam*” ou Tio Sam é um dos símbolos de representação dos Estados Unidos da América.

⁷ Prudente de Moraes, ou Prudente José de Moraes e Barros, foi o terceiro presidente do Brasil. Sendo o primeiro presidente civil da República, sua eleição marcou o término da presença de militares no governo do país, inaugurando a representação dos interesses das oligarquias agrícolas e paulistas, sobretudo as do café.

⁸ Manuel Ferraz de Campos Sales, mais conhecido como Campos Sales (1898-1902), foi um advogado e político brasileiro, terceiro presidente do estado de São Paulo e o quarto presidente da República. É conhecido na história do Brasil por expressar o triunfo da oligarquia cafeeira paulista e por ter concebido a política dos governadores.

Todos os três primeiros presidentes civis do país eram originários de regiões onde a produção do café era a dominante, e por isso os mesmos adotaram políticas que favoreceram de certa forma a cafeicultura. Em permuta, os interesses dessa classe dominante de cafeicultores promoveram e apoiaram suas eleições. Portanto, os interesses do café “ditavam” as políticas do governo, para infortúnio do restante do país.

Expressando sua opinião sobre tal situação, Lorillard⁹ descreveu:

“No entanto, existe atualmente um grupo de pessoas que é mais forte do que o executivo e o Congresso combinados. Como se admite aqui universalmente, nunca antes o país, e em especial todos os que estão associados ao governo, foi tão influenciado pelos fazendeiros de café como hoje, e qualquer medida pretendida seriamente por esse grupo tem garantida sua aprovação imediata pelo Congresso.” (BURNS, 2003, pg. 20).

Rapidamente depois de 1889, a “aliança a café” se estabeleceu profundamente, excedendo diversas relações políticas antecedentes, deixando marcado na história do país a famosa Primeira República, pelo tremendo controle político dos cafeicultores, mais precisamente pelos paulistas.

Não obstante, o Império brasileiro apesar de não ter desprezado o entusiasmo comercial, com a inauguração da República essa propensão se formalizou, de maneira que fosse possível enxergar uma concordância entre a política externa e interna. Dessa maneira, houveram inúmeras discussões no Congresso Nacional sobre as representações diplomáticas do país e os consulados. No legislativo, a produção e os interesses dos cafeeiros eram tidos como pauta de interesse geral, o que nos mostra que a diplomacia brasileira também era vista a serviço dos interesses da oligarquia cafeeira recém chegada ao poder. Portanto, a política externa de um determinado país corresponde a um ensejo inerente de sua história, de acordo com a classe social que ocupa o lugar predominante na política nacional. (AMADO; CERVO, 1986, p. 42)

⁹ Lorillard para Foot, 28 de janeiro de 1907, NA, *Brazilian Dispatches*, v. 119, nº 101.

De acordo com Cervo e Bueno, quando estamos tentando procurar coerência entre política interna e externa de um determinado país, precisamos impor cautela, para que não haja generalizações simplistas. Portanto, podemos constatar que de fato há relação entre a política externa e a doméstica, porém a externa corresponde diretamente às demandas, interesses e causas da nação em seu todo. Sem embargo, o mais conveniente é considerar que a política externa responde às aspirações do grupo político representante da categoria socioeconômica hegemônica, no âmbito da sociedade nacional". (CERVO, BUENO; 1986, p.42)

Contudo, a nova administração do país não zelou apenas das relações comerciais com outras nações importadoras de café (primeiramente) ou de açúcar (secundariamente), significando que o foco não foi exclusivo na proteção de exportação desses produtos, pois a chancelaria brasileira tivera ocupada com pautas de outras naturezas, especialmente na conjuntura da época, que compreendia o imperialismo e suas lutas. (CERVO, BUENO; 1986, p. 43)

No contexto brasileiro, o exemplo da exportação de produtos agrícolas não foi indagado, pois a estrutura do sistema econômico vigente no mundo naquele período (ou seja, o liberalismo), não era contestado, sendo assim, o objetivo era a ampliação da riqueza do país, o que significava o desenvolvimento do modelo agroexportador.

Em contrapartida, independentemente das dificuldades que a política doméstica enfrentou, não se determinou ao longo do nascimento do regime republicano um guia ou uma diretriz no âmbito da política exterior que tivesse sido devidamente colocada em prática ou idealizada. Particularmente encontramos essa evidência na gestão de Quintino Bocaiúva (1889-1890), o primeiro Ministro das Relações Exteriores, quando os inquietantes problemas domésticos, como as diversas trocas de ministros, eram tidos como mais relevantes em comparação com as pautas exteriores do país, não permitindo assim que a política externa brasileira criasse o seu "esplendor". Para Cervo e Bueno, faltou um projeto, pois todos os problemas se resolviam à medida que iam surgindo, no "improviso". (CERVO, BUENO; 1986, p.43)

2.1 As recém adquiridas orientações da política externa brasileira e a aproximação com os Estados Unidos

A inauguração da República representou para aqueles que assumiram o poder, a quebra de laços de uma forte herança tanto colonial quanto imperial, a ascensão de uma democracia e o avanço na industrialização do país. A República teria sido posta, para substanciar essas ideais. Para Salvador de Mendonça¹⁰, a nova República que nascia, só poderia ter um padrinho político: os Estados Unidos. (CERVO, BUENO; 1986, p.46)

O fim da exceção monárquica nas Américas deveria determinar uma política exterior voltada tanto para os Estados Unidos quanto para os hispanos-americanos, em contraste com o isolamento diplomático real ou imaginário do regime imperial, supostamente mais afinado com as monarquias do Velho Continente. (RICUPERO, 2017, pg. 240)

Concomitantemente, é entendido que, pelo menos até o governo de Rodrigues Alves (1902-1906)¹¹, no qual contou com a gestão do Barão do Rio Branco na administração das relações exteriores, ainda não havia sido definida uma política externa categórica e de praxe na república do país. Os conceitos que circulavam de antemão eram tidos como gerais, a ilustrar, conceitos como “americanização”, “republicanização e “confraternização”, sendo apresentados e colocados em mesa em um espaço significativamente breve, por vários ministros que tentaram entregar uma solução concludente.

¹⁰ Foi advogado, jornalista, diplomata, romancista, ensaísta, poeta, teatrólogo e tradutor fluminense, um dos fundadores da ABL (Academia Brasileira de Letras) e um dos idealizadores do Movimento Republicano no Brasil. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Salvador_de_Mendon%C3%A7a>.

¹¹ Rodrigo Alves (1902-1906) foi o quinto Presidente da República do Brasil. Em seu governo, Barão do Rio Branco foi nomeado para a pasta das Relações Exteriores, marcando assim a solução de uma grave contrariedade relativa à fronteira Brasil-Bolívia, compreendendo a vasta região do Acre. Também seu governo, foi assinado o Tratado de Petrópolis, onde a região do Acre foi incorporada definitivamente ao Brasil. Disponível em: [Arquivo Nacional](#).

Tabela 1 – Quadro de ministros das Relações Exteriores (1891-1912).

| Ministro | Início | Fim |
|--|---------------|-----------------|
| Justo Leite Chermont | 26 fev. 1891 | 30 nov. 1891 |
| Fernando Lobo Leite Pereira | 30 nov. 1891 | 12 fev. 1892 |
| Inocêncio Serzedelo Correia | 12 fev. 1892 | 11 dez. 1892 |
| Antonio Francisco de Paula Souza | 11 dez. 1892 | 22 abr. 1893 |
| Felisbello Firmo de Oliveira Freire | 22 abr. 1893 | 30 jun. 1893 |
| João Filipe Pereira | 30 jun. 1893 | 6 out. 1893 |
| Carlos Augusto de Carvalho | 6 out. 1893 | 26 de out. 1893 |
| Alexandre Cassiano do Nascimento | 26 out. 1893 | 15 nov. 1894 |
| Carlos Augusto de Carvalho | 15 nov. 1894 | 1º set. 1896 |
| Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira | 1º set. 1896 | 15 nov. 1898 |
| Olinto de Magalhães | 15 nov. 1898 | 15 nov. 1902 |
| José Joaquim Seabra (interino) | 15 nov. 1902 | 3 dez. 1902 |
| José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco | 3 dez. 1902 | 10 fev. 1912 |

Fonte: Arquivo Nacional.

Argumentando sobre esta ineficiência até o período vigente, Cervo e Bueno, definiu este período como “festa republicana”:

“Logo após o advento do novo regime, verificou-se a instalação, no Governo, por um curto espaço de tempo e atinente à política exterior, do que se pode caracterizar como “festa republicana”. O Brasil, que

até então era tido e visto pelos próprios republicanos como o “diferente” da América, por ter mantido instituições monárquicas e permanecido mais ligado ao concerto europeu do que ao seu continente, procurou ser, no plano exterior, republicano e americano. Dito de outro modo, procurou reproduzir externamente as modificações ocorridas no plano interno.” (AMADO; CERVO, 1986, p. 44)

Coincidentemente, os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil em 1824, e as relações entre ambos os países representam uma das maiores linhas de continuidade da diplomacia bilateral brasileira em quase dois séculos de relações exteriores enquanto país independente. (ALMEIDA, 2006, pgs. 14-16)

Ilustrando as tentativas de inspiração do Brasil ao estilo americano e republicano, vale a pena frisar aqui de maneira prática, a força de vontade para que houvesse o retorno da chamada retórica ou oratória da solidariedade americana, que para alguns autores e inclusive Cervo e Bueno, foi representada na prática. Como por exemplo a questão do Cone Sul, onde por meio do Tratado de Montevideu (1890), houve a tentativa de solução de fronteiras entre Argentina e Brasil.¹²

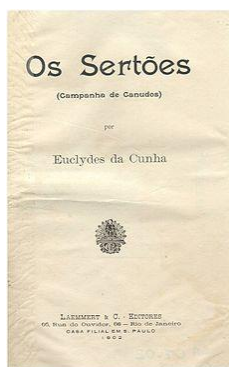
Com a consolidação da República, logo o crescimento do patriotismo e nacionalismo se tornaram perceptíveis no país. Rodrigues Alves, além de sua feliz escolha para o cargo de ministro das relações exteriores, seu governo ainda foi beneficiado por um ótimo momento da economia de exportação de produtos agrícolas vivenciada no período. De maneira interessante, Demétrio Magnoli (1997), associou a autenticidade brasileira ao *Manifest Destiny*. Gabriel Terra (2009) cita que o Destino Manifesto que tanto ouvimos falar, foi comparado por Magnoli para equiparar as ações de conquista e intervenção brasileiras na região sul-americana. De forma similar aos Estados Unidos, os políticos brasileiros se utilizavam de argumentos ideológicos para a interferência nas bacias hidrográficas do Rio da Prata e do Amazonas com o fito de prover a manutenção e o alargamento territorial. (PEREIRA, 2009, pg.71)

¹² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D87054.htm>.

“No Brasil, a elaboração do nacionalismo, realizada no ambiente histórico do Império manipulou os signos da continuidade, construindo uma identidade nacional e um sentido de destino amparados no passado. Sob esse aspecto, os mitos fundadores brasileiros distinguem-se radicalmente dos americanos, cuja fonte é a ideia de ruptura. A distinção reflete trajetórias históricas e geopolíticas contrastantes.” (Magnoli, 1997, p.94)

Sob outra perspectiva, Edward Burns descreveu em seu clássico “A Aliança Não-Escrita”, que este patriotismo foi constatado de diversas maneiras, como a primeira presença do Brasil na Conferência Mundial; o desenvolvimento da literatura brasileira; os arsenais recém adquiridos pelas forças armadas e principalmente no “embelezamento” da capital, Rio de Janeiro. (BURNS, 2003, pg. 34).

Figura 4 – Os Sertões, de Euclides da Cunha, publicado em 1902.



Romancistas como Lima Barreto e Machado de Assis também fizeram dessa época um momento incrível na literatura do país, além de terem (e de continuarem) cultivando orgulho.

Certamente, o bom momento que o país vivenciou ajudou o Brasil a ter consciência interna e ser reconhecido externamente, colaborando para fortalecer sua fé em suas recém instituições republicanas do novo regime. Com determinada prosperidade o país podia assim focar e retomar sua atenção ao cenário internacional, depois de um longo período, para que fosse consolidada uma política externa eficiente.

Para Ricupero, o desenvolvimento da política externa se daria através de três importantes fatores organizacionais, sendo o primeiro: na emergência e afirmação

do poder político e da irradiação econômica com os Estados Unidos; o segundo: pela intensificação de cooperação entre os países da América Latina (seja sob a modalidade do pan-americanismo patrocinado por Washington, seja por iniciativas latino-americanas autônomas; e o terceiro: no aprendizado de um novo tipo de ação diplomática nas instâncias do incipiente multilateralismo da Liga das Nações, estágio inicial de uma forte tradição de diplomacia multilateral que se desenvolveria posteriormente. (RICUPERO, 2017, pg. 238)

Portanto, a chamada “americanização” do novo Brasil Republicano se caracterizava não apenas no arranjo institucional, mas também na política externa. A adesão ao regime republicano presidencialista, e a ilustrar a abolição da escravidão, encolheu as diferenças entre Brasil e Estados Unidos, que dali em diante partilhavam algo em comum, principalmente após o desvio do foco externo da Europa (Grã-Bretanha) para os EUA, ambos os países focaram em se precaver contra o imperialismo europeu. Assim, Ricupero afirmou que:

“O fim da exceção monárquica nas Américas deveria determinar uma política exterior voltada tanto para os Estados Unidos quanto para os hispano-americanos, em contraste com o isolamento diplomático real ou imaginário do regime imperial, supostamente mais afinado com as monarquias do Velho Continente.” (RICUPERO, 2017, pg. 240)

Apesar disso, a diplomacia europeia não se opôs a tal aproximação. Para Cervo e Bueno, desde o momento do reconhecimento da República, a atitude das potências da Europa de não querer se antecipar aos EUA, é indício de que a própria Europa aceitava e reconhecia a posição do Brasil, como país latino-americano, estando, portanto, no espaço de influência norte-americano. (CERVO, BUENO; 1986, p.45)

No final do século XIX, a sociabilidade econômica dos EUA se refletiu no Brasil, no qual analisamos anteriormente, buscando um sólido alicerce político. As relações bilaterais lidaram com diferentes situações por parte de seus governos, seja pela aproximação à diferença; da aliança militar à desconfiança; da cooperação política à competição comercial; e nas diversas fases de desenvolvimento. É interessante termos em mente, que se tem conhecimento da aproximação do Brasil

com os EUA desde o início do século XIX de maneira não equilibrada. (MAGNOLI, 1997, p.179)

Infere-se que as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos se aprofundaram com a inauguração da República e oportunamente com as intervenções estrangeiras durante a Revolta Armada, onde os EUA auxiliaram o novo regime, contra os ensejos de potências da Europa. Em âmbito comercial, o primeiro exemplo da aproximação entre os países, se deu no âmbito comercial, quando foi registrada a assinatura do primeiro acordo comercial entre o Brasil e os EUA em 1891. Os EUA aprovaram a entrada (livre de impostos) do café, do açúcar propriamente dito, da cana de açúcar e de outros produtos agrícolas semelhantes. Compensatoriamente, o Brasil também aprovou uma série de produtos norte-americanos, também livre de impostos, em adição à concessão de 25% na redução dos direitos alfandegários. Contudo, em 1895, o presidente McKinley, sob pressão dos lobbies setoriais no congresso, introduzia uma tarifa protecionista concluindo assim os regimes preferenciais negociados anteriormente. (ALMEIDA, 2006, pg. 18)

Figura 5 – Exemplo de divulgação do café nos EUA.



Os americanos manifestaram rapidamente o hábito de consumir café na metade do século XIX. O café era fornecido pelo Brasil de maneira altamente lucrativa.

Imagem: <https://perfectdailygrind.com/pt/2021/04/27/evolucao-marketing-no-cafe/>.

Assim, o momento descrito neste capítulo da monografia, apresenta o início de uma distinta cordialidade com as terras do norte. Continuadamente este ensejo será um dos principais pontos da diplomacia brasileira, pois essas relações irão oscilar, conforme circunstâncias de caráter interno e externo. O significativo aumento

das barganhas com os EUA correspondia diretamente com os interesses dos donos do poder vigentes, do mesmo modo que o *trust* do café se fortaleceu.

Os interesses das novas áreas cafeicultoras e as exportadoras mais antigas, não resultaram em conflito. Portanto, não se tinha uma razão para que a minoria presente no sistema político contestasse a aproximação entre os dois países. A aproximação assinalava aqui uma nova fase da economia para o país. (CERVO, BUENO; 1986, p.47)

Figura 6 – Primeira embaixada dos EUA no Brasil, Rio de Janeiro.¹³



O Brasil foi o primeiro país a sediar uma Embaixada dos Estados Unidos, construída pelo governo dos EUA, em comemoração à participação norte-americana na exposição do Centenário da Independência do Brasil.

Rosati (2011) descreveu que política externa dos Estados Unidos atuou de forma distinta em relação aos países latino-americanos, transpondo de uma índole hemisférica para uma intervencionista, baseando-se na Doutrina Monroe.

As relações entre ambos os países delinearam contextos essenciais de um sistema de poder, liderado pelos Estados Unidos, que passaria a criar forma. O Brasil, na função de habitual agroexportador e destinatário de produtos manufaturados, alavancando seu alicerce político em âmbito internacional, e conjuntamente se

¹³ Fonte: Embaixada dos Estados Unidos no Brasil. Disponível em: <https://www.linkedin.com/posts/embaixada-eua_eua-e-brasil-compartilham-valores-e-t%C3%A0m-uma-activity-6957412421107875840-BRq4?utm_source=linkedin_share&utm_medium=member_desktop_web>.

comprometendo como aliado natural na conjuntura sul-americana. Veremos mais adiante que esta nova fase, iria passar por certa observação no âmbito da inserção do país no cenário internacional, instaurando assim um equilíbrio entre a política externa e a doméstica.

2.2 A importância da historicidade brasileira em sua identidade internacional. Porque o Brasil se tornou internacional?

Com boa fortuna, o vasto país latino-americano chamado Brasil é de fato dono de uma particularidade que lhe garante uma uniformidade excepcional no cenário internacional. Em *Around the Cragged Hill*, George Kennan, analisando o tema de grandezas na observação política dos EUA, inseriu o Brasil junto à categoria de *monster country*, levando em consideração dados econômicos, geográficos, demográficos, e a seriedade dos desafios e obstáculos.

Sendo classificado como o quinto maior país do mundo com 8 547 000 km² (e atualmente com uma população de cerca de 212,6 milhões de habitantes), as terras brasileiras foram certamente integrantes de uma ordem internacional. Dessa maneira, o país apresenta uma *world view*, expressão utilizada por Kissinger na década de 70, quando relatava sobre seus diálogos com autoridades brasileiras. (KISSINGER, 1999, pg. 740)

Notoriamente, o Brasil se apresenta diferente de outros países cujas culturas são milenares como a Índia e China, ou até mesmo a Rússia. Os Estados Unidos, não obstante de serem parte da conjuntura do novo mundo, termo criado pela expansão europeia nas navegações do século XVI, se situaram de maneira errônea justamente por ser, nos dias de hoje a única superpotência internacionalmente disponível que atua em todos os campos diplomáticos: os valores, o econômico e estratégico-militar. (LAFER, 2004, pg. 24)

Apesar desse e de outros aspectos semelhantes que diferenciam o Brasil dos outros países continentais mencionados acima, vale destacar que nossa identidade internacional, mesmo nos situando na América do Sul, o país nunca esteve, em toda a sua história, na linha de frente de tensões ou conflitos internacionais remanescentes nos âmbitos de guerra e estratégico militar. Dessa maneira, retornando ao raciocínio de George Kennan, podemos considerar o Brasil como um

monster country não assustador e do bem, pois a identidade brasileira não costuma ser destaque em diversos livros de história e diplomacia mundo afora.

Synésio Filho (1999) demonstrou que, navegantes, bandeirantes e diplomatas foram os três principais agentes sociais que configuraram a identidade internacional do país sobre sua escola continental ao longo da história. Interessante, porque a partir dessa afirmação, podemos perceber a importância e os bons frutos que a diplomacia sempre viabilizou ao Brasil, este em especial a titulação jurídica do território nacional, através de negociação de tratados, através da arbitragem internacional. (ALMEIDA, 1998, pg. 101-120)

A ilustrar, o Tratado de Madri de 1750 entre a Coroa Espanhola e Portuguesa, delimitou pela primeira vez os limites e fronteiras na América. Este tratado simboliza se não, o primeiro marco da atuação diplomática direcionada justamente para a configuração jurídica do território brasileiro, parte de nossa identidade internacional. Em 1894, Barão do Rio Branco explicou para o presidente Cleveland dos Estados Unidos, um pouco da questão das fronteiras entre Brasil e Argentina:

“O primeiro e mais principal é, que se assinalem os limites dos dois domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem, e curso dos rios, e os montes mais notáveis: o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui, à exceção da mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os Confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias.” (Texto reproduzido em Jaime Cortesão, Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid Parte 1, tomo II, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco, 1956, p. 365).

Dessa maneira, é justamente o território que se torna um dos componentes mais preciosos de um estado-nação, e no caso brasileiro, um território vasto, estratégico e rico, que nos faz entender o porquê de o país ter atuado desde os seus primórdios para inserir-se no cenário internacional.

A República, do mesmo modo, destacou os aspectos geográficos brasileiras no continente. Para tanto, o Manifesto Republicano (1870) acentua:

“Somos da América e queremos ser americanos”, por isso a inauguração da República alavancou, como analisado anteriormente por Clodoaldo Bueno a “americanização” das relações exteriores, esta que desfez a percepção de que o Brasil era distinto dos outros países do continente a cargo de suas antigas instituições monárquicas. (PESSOA, 1973, pg. 60)

Para Celso Lafer, ser distinto tinha suas vantagens. Euclides da Cunha destacou este mesmo raciocínio em “Contrastes e Confrontos”: “A República tirou-nos do remanso isolador do Império para a perigosa solidariedade sul-americana (...)”, chamando atenção aos costumes tradicionais das repúblicas e dos povos da América Espanhola, mas ao mesmo tempo Euclides reconhecia a importância da afeição republicana, como quando o mesmo afirma “a garantia suprema e talvez única de toda a raça latina diante da concordância formidável de outros povos”. (LAFER, 2004, pg. 36)

O século XX projetava assim uma dupla inserção de um outro ocidente, cheio de novas oportunidades. O Brasil em seu primeiro momento, pode dedicar-se, por estar distante das tensões internacionais, ao que Luiz Felipe de Seixas Corrêa qualificou de “busca da consolidação do espaço nacional”. Esta busca, se relaciona a um dos sentidos da história do Brasil: foi o primeiro vetor da política externa brasileira; este que persistiu no período monárquico e se estendeu na República, até a administração de Rio Branco. (LAFER, 2004, pg. 42)

TOMO II: O estímulo do Ministro Barão do Rio Branco (1902-1912) para a política externa

3. Considerações sobre a dedicação de Barão do Rio Branco: O patrono da diplomacia brasileira

José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, desfruta de uma posição excêntrica na lista dos grandes personagens da História do Brasil. Em virtude de sua visão política, suas consolidadas instruções de História e a sua cultura jurídica, bem como seu talento nato para as negociações e a diplomacia, o Brasil pode hoje ostentar fronteiras com cerca de dez países vizinhos na América do Sul, perfeitamente delimitadas e demarcadas. (CORRÊA, 2009. pg.13)

Em 1902, quando assumiu o comando do Ministério das Relações Exteriores, com sede no Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro, o Barão do Rio Branco, era previamente possuidor de enorme inteligência e influência, dons que mais tarde, iriam lhe conceder o poder de transformar toda a história da diplomacia brasileira.

Rio Branco é considerado patrono por muitos estudiosos, pois inseriu na chancelaria brasileira qualidades que reforçaram e justificaram o tamanho do sucesso de sua política exterior. Os seus tremendos vinte e seis anos de experiência, faziam do ministro um mestre da prática diplomática, sem falar da teoria, nos quais seus registros deixaram bem claro, que o mesmo dominava.

Figura 7 – Cadernos de notas do Barão do Rio Branco.



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty

Sendo um geógrafo e historiador por excelência, José Maria sempre se dedicou aos estudos das pautas internacionais de seu país, pois sua vocação foi cultivada certamente por um motivo: sua paixão pela história do Brasil. Há exemplos que comprovam tal afirmação, tais como: 1) fato do Barão ter sido um exímio conhecedor da região do Prata, lugar onde desfrutou da companhia de seu pai — O Visconde do Rio Branco —, devido à guerra do Paraguai; 2) Defensor triunfante nas pautas fronteiriças com a Argentina e Amapá, onde demonstrou que realmente entende das limitações do Brasil; 3) Excelente analista no âmbito internacional, tendo uma longa experiência de atuação na Europa, em especial na França (Paris), Inglaterra (Liverpool) e Alemanha (Berlim), onde atuou como cônsul-geral.

Antes mesmo de assumir o cargo de ministro, o Barão havia retornado de seu posto diplomático em Berlim. Todos o viam como o diplomata vitorioso em Berna (Suíça) e Washington (Estados Unidos), onde, na mediação de territórios para o Brasil obtivera deliberações que outrossim resolverem conflitos de nossas fronteiras

eminentemente poderosos, aumentando a superfície do país cerca de 300.000km², em outros termos, quase quatro vezes o território de Portugal. (BURNS, 2003, pg. 29)

Burns em *Unwritten Alliance* cita uma testemunha da chegada de Barão, afirmando que:

“Era um dia luminoso e cálido, de dezembro. Enchera-se de embarcações empavezadas, atopezadas de gente, ancoradouro dos navios mercantes. Em meio delas, Rio-Branco desceu do transatlântico para o galeão de D. João VI, que o transportou a terra, ao lento e possante meneio de sessenta remos por marinheiros da Armada Nacional. Estrugiam exclamações e girândolas de foguetes; bandeiras multicores agitavam-se aos ventos. Por um momento se deteve o galeão, e à popa assomou a figura imponente de Rio-Branco, agitando grande cartola cinzenta. As aclamações redobram. Uma banda de música militar, em outra embarcação que se aproximara, executou o ‘dobrado’ do seu nome, que se tornaria famoso. Em terra, a manifestação assumiu proporções assombrosas”. (BURNS, 2003, pg. 39)

O relato emocionante acima, também é encontrado na obra de Levi Carneiro Fernandes, e nos faz entender um pouco da importância que Barão teve para o povo brasileiro. Certamente melhor que este relato, apenas fotografias, mas infelizmente não foram feitos tais registros. Indubitavelmente, durante a primeira semana de dezembro de 1902, grande parte dos jornais do Rio de Janeiro e das outras cidades trouxeram uma ampla cobertura do regresso de Rio Branco. (FERNANDES, 1954, p. 55)

De acordo com Burns, após sua posse, Rio Branco prosseguiu com seus deveres com total entusiasmo e dedicação, como era de se esperar. Viúvo de sua querida esposa Marie Philomène e, com parte dos filhos morando na Europa, o ministro dedicou sua energia e tempo ao seu cargo, unificando sua vida no Itamaraty, biblioteca e arquivos.

Figura 8 – Caricatura aparecida no jornal “O Malho” de 1/08/1908.



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Contudo, foi através de seu repertório que o Barão pôde se organizar e ampliar seus conhecimentos e interesses. Todos aqueles anos vivendo no exterior, justificaram a sua experiência diplomática na prática, tornando quase que mandatório o aperfeiçoamento das línguas estrangeiras e a expansão de contatos em meios diplomáticos, para que ele pudesse até mesmo frequentar fontes de arquivos europeus e renomadas bibliotecas, oferecendo a um historiador demasiado tempo para a desenvoltura de seus estudos.

Concomitantemente, atuando no Brasil Republicano, o Barão do Rio Branco foi o último grande representante, nas palavras de Celso Lafer, da obra dos eminentes estadistas e diplomatas do Império, em especial seu pai, o Visconde do Rio Branco, com qual se inspirou e de quem se considerava continuador no campo da

política externa. Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 20 de abril de 1845, o Barão representou ao Brasil uma importância imensa na história das relações exteriores. (LAFER, 2004, pg. 45)

Em razão desta influência, o Barão demonstrou certa autonomia na gestão de sua pasta de assuntos prioritários, servindo a quatro presidentes — Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca —, o ministro implementou a sua própria política, ocupando o cargo até sua morte em 10 de fevereiro de 1912. Sua tamanha liberdade em sua gestão, o tornou uma figura incomum, devido ao seu domínio em assuntos anteriores, pois era um homem à frente do seu tempo. Celso Lafer descreve sobre tal singularidade:

“Rio Branco, pelas suas características de homem de Estado, é um elo de continuidade e ao mesmo tempo uma expressão do potencial de mudança, importante para a compreensão da identidade internacional do Brasil. De fato, ao equacionar com *virtú* e fortuna o problema das fronteiras, consolidando juridicamente a escala continental do país, ele permitiu que seus sucessores pudessem dedicar-se ao vetor da diplomacia brasileira que, prolongando-se até hoje, passou a ser, com as modulações da conjuntura interna e internacional, a nota singularizada da política externa do Brasil: a do “desenvolvimento do espaço nacional”, para valer-me da formulação de Luiz Felipe de Seixas Corrêa”.(LAFER, 2004, pg. 46)

Devido a sua visão ampla e seus conhecimentos vastos do mundo externo, Barão notou que as relações internacionais estavam em outro patamar. Logo, foi perceptível como o poder estava distribuído, tal como a posição dos Estados Unidos na nova ordem mundial. Durante seu posto em Washington, o Barão do Rio Branco afirmou que:

“A verdade é que só havia grandes potências na Europa e hoje elas são as primeiras a reconhecer que há no Novo Mundo uma

grande e poderosa nação com que se devem conter e que necessariamente há de ter parte de influência na política internacional do mundo inteiro”. (CERVO, BUENO; 1986, p. 59)

3.1 A confiança do governo na diplomacia brasileira: Paz e Negociações como marcas de Rio Branco

Como explicitado na primeira parte desta monografia, normalmente não encontramos o Brasil na linha de frente de grandes tensões mundiais em capítulos dos livros de história, diplomacia mundial e de relações internacionais. É certo que o país não está (e nunca esteve) relacionado a causalidades do tipo, isso devido à tradição diplomática brasileira e seu histórico reconhecido internacionalmente.

Algumas tradições da agenda externa, como a autonomia, soberania e o desenvolvimento nacional são datadas desde o final do século XIX. Rio Branco foi o arquiteto de boa parte da agenda que conhecemos hoje, por isso, entendemos que, a política externa tende a sofrer alterações com o tempo e sofrendo influências políticas, sociais e culturais.

Em sua administração, Rio Branco recebeu consentimento do governo para exercer e cumprir sua agenda de política externa, contudo, em quase toda a sua gestão, o ministro não aconselhou, nem interveio na política interna. Durante todos os governos os quais integraram, todos acreditavam que a política externa deveria ser a mais adequada aos interesses do Brasil, mas nem por esta razão o governo demonstrou desconfiança ou falta de entusiasmo com as políticas postas em prática do Itamaraty, pois se tinha respeito e confiança. (BURNS, 2003, pg. 54)

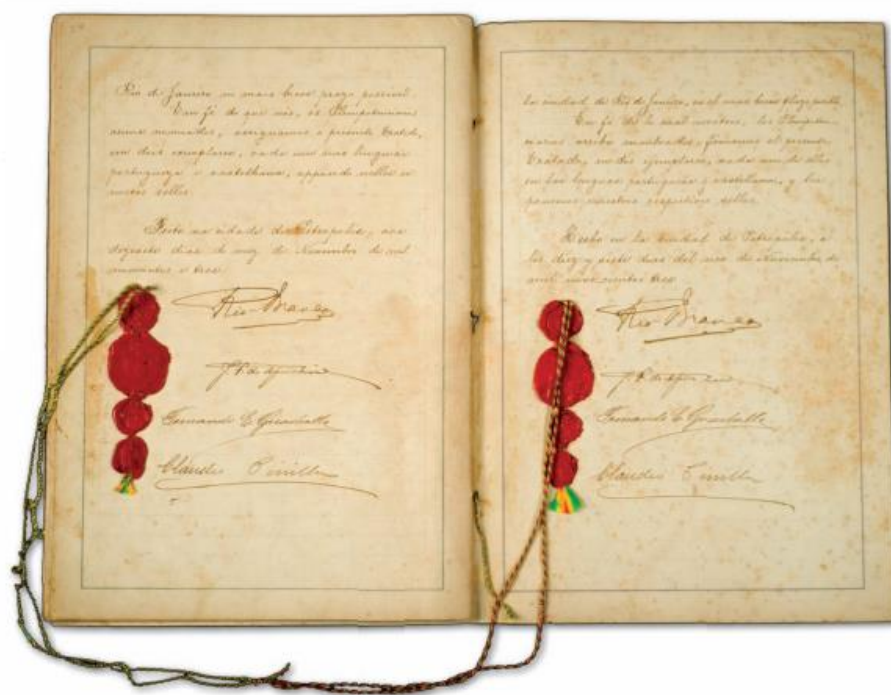
Por certo, mais do que esse apoio e colaboração que o governo fornecia à gestão de Rio Branco, o sucesso de sua política externa também se resulta da prosperidade e progresso que o país vivia naquele momento. Burns (2003), explicitou que sem estas boas condições, seria questionável que um ministro tão hábil como o Barão pudesse comandar as relações exteriores.

Além da concordância das habilidades conjuntas do ministro, também explicita os belos resultados alcançados nas negociações das fronteiras e no

desenvolvimento do paradigma posto das relações exteriores do Brasil republicano. Ricupero descreve que: "Nem antes, nem depois, surgiu uma figura-símbolo tão perfeita dos valores e das aspirações que os brasileiros imaginam corresponder a ideia do Brasil". (RICUPERO, 2016, pg. 256)

Um bom exemplo destas negociações, na qual representou um caso excepcional na história do Brasil. A questão do Acre foi uma das mais famosas e interessantes ações realizadas por Rio Branco, tal pauta chegou até ser comparada ao Texas, se diferenciando apenas que não houve uma guerra imposta, mas sim a diplomacia pura.

Figura 9 – Tratado de Petrópolis.



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty.

O Tratado de Petrópolis, fruto das negociações da questão do Acre, foi considerado pelo próprio Rio Branco como sua maior vitória diplomática:¹⁴

“As decisões dos dois pleitos em que me coube a honra de defender os interesses do Brasil não acrescentaram, apenas mantiveram o patrimônio nacional (...). Verdadeira expansão territorial só há agora e com a feliz circunstância de que, para a efetuar, não espoliamos uma nação vizinha e amiga, antes a libertamos de um ônus (...), oferecendo-lhe compensações materiais e políticas (...). Com sinceridade, afianço a Vossa Excelência que para mim vale mais esta obra (...) do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos concidadãos.”

3.2 A fundação de um Itamaraty moderno e as relações assimétricas

Focando no futuro, a administração de Rio Branco no Itamaraty, revelou sua presença no cenário internacional delineada pelo pacifismo; o não intervencionismo; pela firmeza no direito internacional; pelas soluções negociadas, e por fim pela contribuição eficaz nos aparelhos multilaterais. O Brasil se tornara uma nação com uma boa reputação, atuando com respeito e princípios, se orgulhando de um território afortunado e seguro por fronteiras bem delimitadas e admitidas por seus vizinhos, aceitas sem nenhum conflito bélico.

Anterior a esta gestão, se pressuponha um relacionamento parcial do Brasil com o mundo. A ilustrar, como cita Ricupero, na opinião de alguns diplomatas do Império, o foco principal eram os países platinos, tais como Uruguai, Paraguai e Argentina. É somente com Rio Branco, que a política externa passa a se apresentar mais integrada e universal, com a criação de uma linha de pensamento, visando uma atuação mais efetiva no que tange os interesses do país. (RICUPERO, 2016, pgs. 286-7)

¹⁴ **Barão do Rio Branco: 100 anos de memória.** Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-507-barao_do_rio_branco_100_anos_de_memoria> Acesso em agosto de 2022.

Reformulando diversos pontos da política externa do país, como a liderança na América do Sul, a definição das fronteiras e do “ajuste” do prestígio da imagem do Brasil no exterior, Rio Branco apresentou todos de maneira arrojada, aproveitando também o tempo favorável para os mesmos, já explicitados anteriormente. Uma dessas reformulações aconteceria justamente no Itamaraty, o Ministério das Relações Exteriores, considerado como instrumento essencial para a prática das pautas de sua agenda. Burns descreveu que o ministro reconheceu a necessidade de uma renovação, para que a política externa fosse mais proativa, e por isso, recebeu a adesão presidencial para a prática desta melhoria. (BURNS, 2003, pg. 55)

Tendo o parecer positivo para tal, Rio Branco aumentou o quadro de funcionários visando ampliar as atividades, além de ter mandado construir novos anexos e uma biblioteca, no qual seria implementada a organização de um arquivo nacional. Sendo um geógrafo raiz, o ministro também inaugurou uma seção importantíssima de cartografia. Logo, é somente a partir de 1905 que o Itamaraty¹⁵ se transforma em uma instituição progressista, proativa e moderna, possibilitando assim que sua agenda fosse colocada em prática. (BURNS, 2003, pg. 55)

¹⁵ O Palácio Itamaraty no Rio de Janeiro foi construído em meados do século XIX pelo filho do primeiro Barão de Itamaraty, a quem chamavam “menino de ouro” porque seu pai, um rico comerciante português, tinha dado o peso em ouro do filho recém-nascido a uma Irmandade religiosa, pagando uma promessa. Foi sede do governo republicano de 1889 a 1898 e sede do Ministério das Relações Exteriores de 1899 a 1970. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/memoriaviva/178691132/>>. Acesso em agosto de 2022.

Figura 10 – Jardins do Palácio Itamaraty na época do Barão



Fonte: Museu Histórico e Diplomático.

Com todas essas inovações, bem como o aumento de salários e possíveis gratificações, Rio Branco se tornara uma figura carismática, chegando até a rejuvenescer o ministério, atraindo jovens de valores intelectuais para o trabalho diplomático (além de personalidades literárias como Euclides da Cunha, autor de *Os Sertões*, que recebeu um convite do próprio ministro para uma posição)¹⁶ para se dedicarem à execução da política externa vigente.

Devido a sua aflição com a imagem brasileira no exterior, e certamente persuadido por doutrinas da época, como relata Burns, Rio Branco enviava brasileiros intelectuais e de boa aparência, como é o exemplo perfeito de Joaquim Nabuco, que viria a ser nomeado embaixador em Washington, ponto específico desta monografia, que requer atenção e que será abordado no tópico posterior.

Por consequência, com a política externa brasileira se estruturando, e criando laços e fazendo amizades internacionais, a estrutura da diplomacia precisou

¹⁶ Integrando o gabinete do Barão, em 1906 Euclides publicou o Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus.

se estruturar, desenvolvendo elementos que se relacionassem entre si. Três alicerces foram substanciais para que um paradigma fosse estabelecido, são eles a política territorial, as relações simétricas com os nossos vizinhos e as relações assimétricas de poder com outros países em potencial. (RICUPERO, 2016, pgs. 286-7)

Como observado por Amado Cervo, os países alocam, na maioria das vezes, suas políticas exteriores e seu exemplo de inserção internacional intrinsecamente em paradigmas. Um exemplo claro, é o fato dos Estados Unidos terem descoberto seu *manifest destiny*, na França de De Gaulle. Portanto, quando diretrizes externas dessa natureza são postas em voga, as mesmas se transformam para o conceito de um paradigma para as políticas externas dessas nações. Destarte, a política externa do Brasil resultou em quatro paradigmas: o primeiro no liberal-conservador datado do século XIX até meados de 1930; o segundo no Estado desenvolvimentista (1930-1989); e o terceiro no Estado logístico (visto que os últimos coincidem com o modelo brasileiro atual). Se presume tais orientações ao momento de cada período, em razão das finalidades metodológicas e epistêmicas que definimos anteriormente. (CERVO, Amado. 2008, pgs. 5-25)

A princípio, nesta monografia trataremos das relações assimétricas de poder, pois as mesmas pertencem e dialogam com a gestão de Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos. É fato que praticamente quase todas as pautas territoriais estavam presentes nas agendas de política externa de outros países, e na gestão do Barão do Rio Branco não seria diferente. Inovar e criar eram características singulares do ministro, tanto que questões herdadas do passado passaram a ser solucionadas com conceitos e mecanismos da época.¹⁷ Tais soluções eram baseadas na compreensão em aprender a dialogar com potências nas quais apresentavam diferenças de poder, pois não era aceitável que o diálogo acontecesse de igual para igual. (RICUPERO, 2016, pg. 287)

Entretanto, uma nova potência no continente que se desenvolvia e ao mesmo se destacava no cenário internacional era certamente um fato que não podia ser ignorado. Com o poder adjacente dos Estados Unidos, outros países sul americanos em potencial também não poderiam deixar de perceber isso. Assinalando,

¹⁷ Assim, no decorrer de quase 15 anos, o Barão teria definido as fronteiras do Brasil, tema de conflito e argumentações durante séculos.

Rio Branco observou que Washington era sempre colocada em voga quando o assunto era intrigas e apelos para intervenções por parte de vizinhos, rivais permanentes (Argentina) e adversários por ocasião (peruanos e bolivianos). (RICUPERO, 2016, pg. 288)

Por isso, a política externa de Rio Branco visava paralelamente se aprofundar na diplomacia multilateral e se aproximar do governo norte americano. Com traços da diplomacia portuguesa em ressonância, se tinha consciência da necessidade de alinhamento com uma potência poderosa, fato esse que Burns destacou ao longo de sua famosa obra *The Unwritten Alliance: Rio-Branco and Brazilian-American Relations*. Esse conhecimento de que os EUA seriam um aliado em potencial resultou em pontos importantes. Primeiro, no que tange a criação da embaixada brasileira em Washington (1905) e da III Conferência Pan-Americana (1906)¹⁸ no Rio de Janeiro. (HIRST, 2009, pg. 23; RICUPERO, 2016, pg. 288)

Figura 11 – III Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro (1906).



Estão sentados: Assis Brasil, Pereira Passos, Joaquim Nabuco, Uribe y Uribe, Gastão da Cunha e Machado de Assis. Fonte: Coleção Augusto Malta (Acervo MIS).

¹⁸ A delegação brasileira foi guiada por Joaquim Nabuco, primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos em janeiro de 1905 e grande amigo de Elihu Root, o então secretário de Estado no segundo mandato de Theodore Roosevelt. A presença de Root na conferência, marcaria a primeira visita oficial ao exterior de um secretário de Estado norte-americano.

Apesar do histórico de relações comerciais com os Estados em anos anteriores do governo imperial, é somente na gestão de Rio Branco que tal impulso de aproximação foi alcançado. Havia o consentimento de permuta dos ganhos geográficos e políticos ao lado do Brasil por ganhos econômicos ao lado dos EUA. Para Amado Cervo, o chanceler teria exercido o exato erro dos tratados desiguais, citando o exemplo do mercado europeu e as perspectivas de industrialização em troca de reconhecimento da Independência. (CERVO, 2008, pg. 223)

Esta política chave visava então fortalecer os laços entre os Estados Unidos, pois o Brasil mesmo que já vinha vivendo em processo de formação e superação de necessidades econômicas recíprocas e ideologias políticas semelhantes.

Uma das primeiras realizações do Barão como Chanceler e que aumentou o prestígio do país, foi a elevação da “legação” brasileira em Washington à categoria de embaixada, com ação recíproca dos Estados Unidos. Não há registro no Ministério das Relações Exteriores do Brasil de troca de correspondência entre os dois governos sobre a mudança de status de sua representação diplomática, mas em ambos os países a possibilidade já havia sido discutida nos meios oficiais antes que a providência final fosse tomada. (GANZERT, 1942, pg. 434)

A criação da nova embaixada foi divulgada de várias maneiras na imprensa brasileira da época.¹⁹ Jornais como “O Diário do Rio de Janeiro” e, “O Paiz”, escreveram:

“Seria impossível dar ao mundo uma demonstração maior de simpatia e amizade entre duas grandes repúblicas do Novo Mundo. Vinculados por sólidos interesses comerciais que se desenvolvem progressivamente, destinados a cursos paralelos, líderes naturais das duas partes do Hemisfério Ocidental, essas nações gozam de uma

¹⁹ Em contrapartida, a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro era a única na América do Sul, e da mesma maneira, Nabuco era o único embaixador sul-americano nos EUA. Após o Brasil, apenas o México inaugurou sua embaixada em território americano. Essa limitação era algo de grande prestígio, e portanto, Rio Branco apoiava a mesma.

estreita amizade que é consequência natural de suas respectivas situações.” (GANZERT, 1942, pg. 434)

Em maio de 1905, o então presidente Rodrigues Alves, também comentou sobre a embaixada em mensagem ao Congresso: “A rapidez com que se efetuou a criação simultânea das duas embaixadas é um bom indício da estima mútua que subsiste entre os dois governos é da boa vontade com que o governo e o povo dos Estados Unidos retribuem nossa antiga e leal amizade.” (GANZERT, 1942, pg. 434)

3.3 A atuação de Joaquim Nabuco: Primeiro embaixador brasileiro em Washington

Explicitada toda a base que o Barão do Rio Branco começara a desenvolver na política externa brasileira, também é importante reservamos aqui nesta monografia um breve capítulo para Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo, mais conhecido como Joaquim Nabuco, um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro. Sendo considerado um liberal ponderado e também abolicionista, Nabuco mostrou entusiasmo com a pauta da aproximação com os Estados Unidos, bem como observou Oliveira Lima.²⁰

²⁰ OLIVEIRA LIMA, Manuel de. Pan-Americanismo (Monroe, Bolívar, Roosevelt). Brasília; Rio de Janeiro: Senado Federal/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

Figura 12 – Joaquim Nabuco, primeiro embaixador brasileiro em Washington.



Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Em 1905, com a criação da primeira embaixada brasileira em Washington, a materialização do relacionamento que o ministro almejava compartilhar com os Estados Unidos, se fixou em movimento nacional diverso. O país investia assim, em um balanço entre a política expansionista norte-americana e o imperialismo europeu, que se espelhava em seu crescimento no cenário internacional. É justamente nesta conjuntura que Nabuco é inserido como o primeiro embaixador brasileiro em Washington. Na ocasião que Rio Branco o convocou para ocupar o mais novo cargo de embaixador, visando preencher uma das lacunas mais importantes de sua agenda, o chanceler basicamente constatou que seu velho amigo seria um completo diplomata para a futura embaixada, tanto intelectualmente, quanto fisicamente, sem falar de sua gigantesca experiência no exterior, e sua popularidade no país. Por se assim dizer, o ministro não poderia ter escolhido pessoa melhor do que aquele diplomata consagrado, culto e genial.

Apesar de monarquista e com os novos ares imperialistas em ascensão, Nabuco observou que na diplomacia, ele encontraria uma forma de se inserir na conjuntura para a defesa dos interesses do Brasil, não da forma de governo, mas de seu país em cenário internacional. Além de todo o prestígio, Nabuco foi saudado

cordialmente com a apresentação de suas credenciais ao Presidente Roosevelt²¹. Os parágrafos seguintes de seu endereço formal expressam sua atitude em relação aos Estados Unidos:

“Meu primeiro dever, Senhor Presidente, ao assumir este novo cargo, é apresentar a Vossa Excelência os cordiais votos do Presidente da República (do Brasil), de seu Governador, e do cidadão brasileiro pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e pelo sucesso da nova administração. O Consulado Romano tinha um mandato mais curto do que a Presidência americana, mas Roma lembrava as glórias de sua história pelos nomes de seus cônsules. Na sua posição há horas que se tornam épocas, atos que permanecem como imutáveis políticas nacionais. Isso pode explicar a perpetuidade da administração de Monroe, bem como das administrações de Washington e Lincoln. A notável popularidade que o levou ao poder supremo parece ao mundo um presságio de uma daquelas decisões que marcam, como as deles (isto é, as de Washington, Monroe e Lincoln), marcos ao longo da estrada do nosso continente. O fato é que a posição deste país no mundo ainda lhe confere o poder de dar grandes passos na direção de um ideal americano comum. De nossa parte, veremos sempre os Estados Unidos tomá-los com o mesmo interesse continental e o mesmo sentimento de segurança nacional que experimentamos até agora. De fato, os mais sinceros desejos do Brasil são para o aumento da vasta influência moral que os Estados Unidos exercem sobre a marcha da civilização e que se expressa pela existência no mundo pela primeira vez na história de uma vasta zona neutra de paz e liberdade humana competitiva. Estamos confiantes de que essa influência se tornará ainda mais benéfica no futuro, não apenas para as duas Américas, mas também para o mundo inteiro.” (NABUCO, 1958, pg. 414)²²

²¹ Roosevelt havia prometido aos Estados Unidos a política de “boa vizinhança”, transformando a Doutrina Monroe de um manifesto americano unilateral em arranjos de ação mútua contra agressores. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/franklin-d-roosevelt/>>. Acesso em agosto de 2022.

²² **NABUCO, C. A.** Vida de Joaquim Nabuco. 4^o ed. rev. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

Imediatamente quando os trabalhos se iniciaram em Washington, suas credenciais postas acima foram vistas com bons olhos por boa parte da população dos EUA, pois foram importantes que fosse ampliado um panorama com diversas oportunidades. (ANDRADE, 1978, pg. 31)

Diligente pelos interesses de seu próprio país, entusiasta pela terra em que tão fielmente representava, e dedicado à generosa visão de um Novo Mundo, Nabuco foi o embaixador ímpar. Contudo, seu posto nem sempre foi algo simples, bem como revelou sua filha Carolina, onde o mesmo escreveu a Rio Branco:

"Dedico o resto da minha vida ativa à íntima aproximação dos dois países, objetivo que não pode ser alcançado por um único agente ou um único ministro, nem por dois governos de acordo aqui e ali, mas apenas pelo trabalho constante ao longo dos anos de muitos estadistas e diplomatas de ambos os lados. Sobre encontrar um substituto para mim se nossa política externa passar por essa transformação de mudar seu eixo de segurança." (NABUCO, 1958, pg. 465)

Atarefado com diversos outros assuntos de sua agenda, o Barão muitas vezes não partilhava da inspiração de Nabuco pelo pan-americanismo no mesmo patamar. Para Nabuco, o movimento podia ser comparado a uma paixão que o consumia. (NABUCO, 1958, pg. 465)

Por isso, em algumas ocasiões, Nabuco experimentava frustrações e descontentamentos que fortuitamente seguiam seus esforços. A título de exemplo, foram encontrados obstáculos nas negociações de um tratado de arbitragem entre o Brasil e os EUA. O secretário de Estado Root, havia se dedicado em concluir o mesmo durante seu mandato, o que levou Nabuco a aguardar esperançosamente. Porém, o

acordo foi por fim assinado somente em 26 de janeiro de 1909, mas não reconhecido pelas partes contratantes até a morte do embaixador.²³

Figura 13 – O Sr. Elihu Root, ladeado por Pereira Passos e por Joaquim Nabuco, na Tijuca.



Fonte: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Outro exemplo, aconteceu na II Conferência da Paz de Haia em 1907.²⁴ Não foi interessante para Nabuco observar Rui Barbosa²⁵ e Rufus Choate se divergirem, com pensamentos opostos. Nabuco teria sido confortado por Root, que lhe passando confiança, afirmou: "Eu não propus nada em Haia. Eu desejava simplesmente que nossa delegação fosse sempre encontrada do lado do bom senso em todas as questões que pudessem ser levantadas. Se eu tivesse algo a propor, se tivesse algum resultado em mente, teria pedido a sua ajuda." (NABUCO, 1958, pg. 465)

²³ Ratificado pelo Brasil em 2 de janeiro de 1911, e pelos Estados Unidos no mesmo ano. Ver: Hildebrando, Accioly. Atos Internacionais Vigentes no Brasil (Rio de Janeiro, 1927), p. 202.

²⁴ A intenção da conferência era expandir a Convenção de Haia de 1899, modificando algumas partes e adicionando novos tópicos. No entanto, a reunião das grandes potências prefigurava as tentativas de cooperação internacional no final do século XX.

²⁵ A delegação brasileira foi chefiada pelo estadista Rui Barbosa, cuja contribuição foi fundamental para a defesa do princípio da igualdade jurídica das nações.

Figura 14 – Elihu Root, secretário de Estado norte-americano. Junto com Rio Branco, foi presidente honorário da III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro, em 1906.



Fonte: Library of Congress.

Disponível em: <<http://www.loc.gov/pictures/item/93516443/>> Acesso em agosto de 2022.

Apesar de algumas frustrações, Nabuco sempre se manteve otimista e entusiasmado. O mesmo afirmou que podia ver que sua política americana era, em suma, tão bem-sucedida quanto se poderia esperar. Escrevendo ao amigo J. C. Rodrigues em 3 de agosto de 1909, Nabuco afirmou: “Enquanto o pensador em mim gostaria de se retirar da luta, o brasileiro em mim procura permanecer nela até o fim, se possível morrer nela; pois não sei quem me sucederia na embaixada, ou se meu sucessor teria a mesma intuição sobre nosso futuro americano...” Podemos até mesmo dizer que Nabuco era o clássico brasileiro que “não foge à luta”. (NABUCO, 1958, pg. 466)

Também não podemos nos esquecer da importância da visita de Root ao Brasil em 1906 para a Conferência em 1906, visita esta que impressionou verdadeiramente o secretário, que teve a oportunidade de conhecer o país e seus

líderes. Root teve diversas conversas com Rio Branco, nas quais pôde conhecer melhor a agenda da política externa da época. Root, assim como o presidente Roosevelt, enxergavam um futuro promissor para o país. (BURNS, 2003, pg. 136)

A contribuição de Nabuco na política externa brasileira foi resultado da popularidade que suas ações diplomáticas receberam. Os quase quatro anos de colaboração diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos haviam reduzido as suspeições brasileiras dos EUA. Tais assistências foram extremamente importantes para a questão do Acre, e também entre o conflito do Brasil e Peru em âmbito do Acre. Estas relações bilaterais resultaram na cordialidade que ambos os países criaram, o que também resultou no reconhecimento do próprio Brasil ao perceber seu valor e importância, particularmente durante a dificuldade do *Panther*. Burns define a visita de Root como um dos pontos mais fortes dessas relações entre o Brasil e Estados Unidos, visita essa estimulada por Nabuco, o embaixador em que o país podia confiar. (BURNS, 2003, pg. 137)

Conjuntamente, Nabuco fez rapidamente amizades que prevaleceram até sua morte, se afeiçoando a homens de alto escalão do governo norte-americano, que no que lhe concerne, o ajudaram no Congresso em ocasiões nas quais os interesses brasileiros estavam em perigo. Além de seu jeito vistoso e aparência singular, ainda era um excelente orador popular em convocações universitárias e em outras funções. A proficiência de Nabuco na língua inglesa também era algo excepcional. Ele apreciava o amor dos americanos por discursos públicos, e simultaneamente, prestava homenagem às conquistas materiais dos Estados Unidos, na qual o embaixador não deixava de enfatizar os valores culturais da América Latina.

A seguir, iremos destacar como os Estados Unidos expandiu sua política externa no início do século XX, e como seus objetivos se alinharam com o Brasil. A partir desse ponto, será também explicitada a importância que as relações entre ambos os países tiveram na construção da política externa no Brasil republicano. Pois como Carlos Henrique Cardim, o orientador desta monografia explicitou, a política externa é história, inovação, prudência e coerência, e por isso deve ser constantemente repassada.

TOMO III: A Ampliação da Política Externa Americana

4. Como os Estados Unidos se tornaram uma potência internacional?

Da metade do século XIX até o início do século XX, os EUA foram bastante bem sucedidos na construção de um país transcontinental e independente, que cresceu e se desenvolveu ainda mais poderoso. Desde o fim da guerra civil, os Estados Unidos não enfrentaram mais quaisquer ameaças de seus vizinhos, pois o mesmo conflito estabeleceu divisões entre o Sul e o Norte, permitindo uma estabilidade política a nível nacional. Dessa maneira, era perceptível observar a economia do país vibrante e crescente.²⁶

Figura 15 – Foto da Fábrica Internacional de Alimentos da Detroit Publishing Company nos EUA, entre 1900 e 1910.



Fonte: Library of Congress. Disponível em: <<https://www.loc.gov/classroom-materials/united-states-history-primary-source-timeline/rise-of-industrial-america-1876-1900/overview/>> Acesso em agosto de 2022.

Conforme os Estados Unidos atingiam os limites da expansão continental, mais e mais americanos durante a segunda metade do século XIX começaram a falar

²⁶ Muitos dos americanos que nasceram nas décadas de 1840 e 1850 experimentaram enormes mudanças em suas vidas, sendo essas mudanças parte de uma grande revolução tecnológica. Essa geração de americanos também esperava tornar o mundo um lugar mais democrático. Em termos de política doméstica, essa esperança significou a ampliação do direito de voto às mulheres e uma série de reformas eleitorais, como a revogação, o referendo e a eleição direta de senadores. Por outro, em assuntos de política externa, significava tentar tornar o mundo seguro para a democracia e expandir sua presença no cenário internacional.

do futuro dos Estados Unidos em termos de *manifest destiny*. Para William Weeks, o destino manifesto foi fundado baseado na convicção certa da singularidade da nação americana e da necessidade de um império. Tal orientação se reflete nas virtudes do povo norte-americano e suas instituições, e na missão de resgatar e refazer o mundo a imagem dos EUA. (ROSATI; SCOTT; 2011; pg. 24)

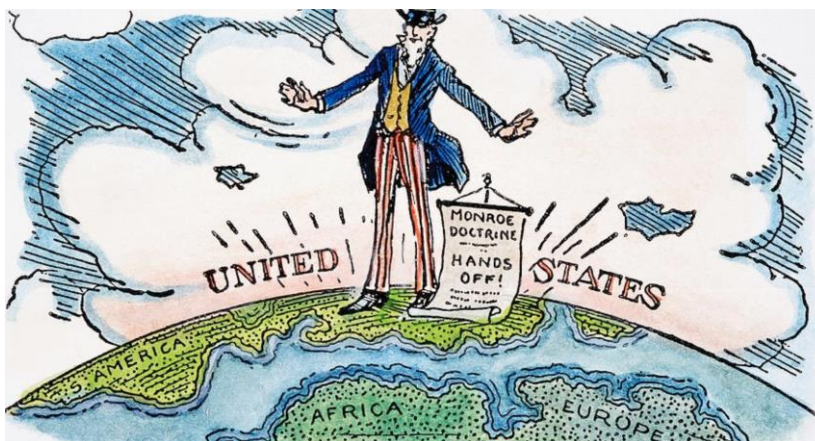
Rosati e Scott (2011) em *The Politics of United States Foreign Policy* descreve que essa visão nacionalista e expansiva foi nitidamente vinculada na conjuntura da época. Em meados de 1850, William H. Seward, um senador americano de Nova York e mais tarde um proeminente secretário de Estado dos presidentes Lincoln, Johnson e Grant escreveu:

“The world contains no seat of empire so magnificent as this, which while it embraces all the varying climates of the temperate zone, and is traversed by the wide-expanding lakes and long branching rivers, offers supplies on the Atlantic shores to the over-crowded nations of Europe, while on the Pacific coast it intercepts the commerce of the Indies. The nation thus situated, and enjoying forest, mineral, and agricultural resources unequalled... must command the empire of the seas, which alone is real empire... The Atlantic States, through their commercial, social and political affinities and sympathies, are steadily renovating the Governments and social constitutions of Europe and Africa; the Pacific States must necessarily perform the same sublime and beneficent functions in Asia. If, then, the American people shall remain an undivided nation, the ripening civilization of the West, after a separation growing wider and wider for four thousand years, will in its circuit of the world, meet again, and mingle with the declining civilization of the East on our own free soil, and a new and more perfect civilization will arise the bless the earth, under the sway of our own cherished and beneficent democratic institutions.” (quoted in Van Alstyne 1974: 146) (ROSATI; SCOTT; 2011; pg. 25)

Demonstrando assim os mesmos aspectos da guerra civil, a política externa dos Estados Unidos promoveu ativamente a política de estabilidade e expansionismo econômico no exterior, especialmente em duas regiões específicas do globo, a América Latina e a Ásia. A política externa norte-americana fortaleceu cada vez mais sua presença no cenário internacional, o que nos remete a Guerra Hispano-Americana de 1898, onde os EUA demonstraram que haviam se tornado uma potência disposta em proteger seus interesses internos, sem excluir o uso da força. (PECEQUILO, 2011, pg. 84)

O governo norte-americano e os negócios propriamente ditos cresceram dramaticamente sua presença na América Latina, particularmente no Caribe e na América Central, de maneira que a presença dos negócios americanos se intensificou rapidamente com o crescimento de investimentos e empréstimos na região. O governo dos EUA também foi ativo na promoção de regimes políticos amigáveis na região, que não responderam ao envolvimento europeu, e estavam abertos ao comércio e investimento dos norte-americanos, além de suficientemente estáveis para pagar seus empréstimos bancários. De acordo com Eric Hobsbawm (1988), os Estados Unidos não apresentavam dificuldade alguma quando era preciso encontrar uma posição de pressão política e dominância econômica.

Figura 16 – Cartoon do início do século 20 sobre a doutrina Monroe proclamado pelo presidente James Monroe em sua mensagem ao Congresso de 2 de dezembro de 1823.



Fonte: The Pilot. Disponível em: <https://www.thepilot.com/blogs/teachable_moments/abandoned-monroe-doctrine-guided-u-s-

policy-for-190-years/article_8de4da0c-5918-11e3-9e29-001a4bcf6878.html> Acesso em agosto de 2022.

O envolvimento do governo e dos empresários norte-americanos na América Latina resultou em uma constante intervenção militar e ocupação, especialmente na virada do século XIX. O secretário de Estado Richard Olney afirmou em meados de 1895 que: “os Estados Unidos são praticamente soberanos neste continente, e seu decreto é lei sobre os súditos aos quais limita sua interposição”. Tal afirmação do secretário, apenas reforçou o propósito original da Doutrina Monroe, de que os Estados Unidos tinham o direito e os meios de intervir e dominar seu “próprio quintal”, antecipando o que viria com a Guerra Hispano-Americana naquele momento e depois. (ROSATI; SCOTT; 2011; pg. 25)

Em concordância com a primeira parte desta monografia, a conjuntura da virada do século XIX é caracterizada pelo imperialismo, conquista de novos mercados e intensificação da industrialização.²⁷ Embora, não tendo o compromisso de entrar nas mais variadas disputas de poder europeias, os Estados Unidos tinham um papel secundário, mesmo ampliando sua política externa pela América Latina e Pacífico, onde a defesa de seus interesses eram tidos como pautas principais.

A ilustrar, há o ponto de inflexão da *Open Door Policy*, estabelecida na Open Door Note de 1899, onde ocorreu a tentativa dos Estados Unidos de estabelecer um protocolo internacional de privilégios iguais para todos os países que negociavam e apoiavam a integridade territorial e administrativa da China. Para Pecequilo, tal política andou lado a lado com o desenvolvimento do império norte-americano, resultando na extensão sucessiva do poder político e econômico dos EUA, e consequentemente na prosperidade. (PECEQUILO, 2011, pg. 87)

Claramente, o envolvimento e os poderes norte-americanos haviam criado uma esfera de influência regional, onde os EUA começaram a apresentar uma conduta internacional singular, amplificando tais elementos presentes na agenda da política externa. Embora a política externa norte-americana estivesse orientada para as regiões ao sul imediato e ao oeste distante, tornou-se cada vez mais ativa nos

²⁷ Vale destacar a segunda onda de colonização que ocorreu em continentes como a África e Ásia, onde muitas potências europeias, como Alemanha, Grã-Bretanha e França iniciaram processos de conquista e compartilhamento de zonas de influências. (PECEQUILO, 2011, pg. 86)

assuntos europeus e no cenário mundial em geral. Pecequilo descreve que é somente com o assassinato de McKinley em 1901, que a primeira fase de transição foi condicionada por Theodore Roosevelt, e logo posteriormente por Woodrow Wilson em meados de 1917. (PECEQUILO, 2011, pg. 88)

4.1 O parecer brasileiro favorável à Doutrina Monroe

Durante a administração de Rio Branco como ministro das relações exteriores, comandando as políticas que aproximavam ambos Brasil e Estados Unidos, é importante ressaltar que poucos laços foram mais significativos do que o Pan-americanismo e a Doutrina Monroe. Burns descreve que esses dois elementos eram parte da pauta desses países que fortaleciam tal aproximação.

Por outro lado, é importante também assinalar com propriedade que Rio Branco não considerou a Doutrina Monroe como um pronunciamento unilateral para a legítima defesa dos Estados Unidos, que também se reservou o direito de determinar qual será sua conduta em determinada emergência. O Brasil apresentava assim, sua própria interpretação da doutrina, onde foi dado um esclarecimento multilateral. Rio Branco afirmou isso, mas não como uma preocupação exclusiva de qualquer nação, mas como uma preocupação direta e imediata de todas as nações americanas. (BURNS, 2003, pg.185)

A ilustrar, o Correio do Amanhã, do Rio de Janeiro publicou uma matéria sobre o prevalecimento da ideia de que a Doutrina deveria ser multilateral:

“Se os Estados Unidos, como a nação mais forte do continente, julgam de fato que conviria aos interesses de todos povos americanos (que se impedisse eficazmente as instruções da Europa; se o governo dos Estados Unidos é sincero, como acreditamos), então que faça com todas as repúblicas americanas o que um governo pode fazer com outro: que celebre conosco os tratados que julgam úteis, no sentido de pôr a salvo interesses que se reconheçam peculiares às nações da América. Então, sim: reduzido à forma diplomática e, portanto, com o carácter de reciprocidade, o conceito ou o protesto de Monroe

passaria a ser de todos nós, valeria na sua plenitude como princípio regulador da nossa ação comum em dadas emergências(...)"²⁸

Apesar das diferenças de interpretações da doutrina, o clima era favorável e perceptível em vários âmbitos, como no Congresso, onde João Pandiá Calógeras²⁹, deputado federal e depois ministro da agricultura, que apoiava fielmente Rio Branco, que declarou diversas vezes que a interpretação multilateral era parte da política externa brasileira. Para Rio Branco: "Em relação à América, o grande serviço prestado pela Doutrina Monroe é o da liberdade assegurada ao desenvolvimento das forças de cada nação americana".³⁰

E para o embaixador Joaquim Nabuco, que era entusiasta exemplar (ainda mais que o Chanceler em relação a Doutrina Monroe), acreditava exclusivamente que o parecer positivo representava uma aliança não oficial entre as duas nações. Nabuco era um monroísta declarado, e que de acordo com Burns, adorava conversar com o próprio Roosevelt. Por outro lado, diversas críticas minoritárias também persistiram. Como é o caso do jornal *Correio da Manhã*, que em muitas ocasiões publicaram editoriais contra a política do governo sobre o "perigo americano iminente" que Roosevelt transmitia. Burns assinala a citação do jornal *A Notícia*, onde fora publicado o seguinte: "Certamente eles (os Estados Unidos) livraram-nos das possíveis tentativas europeias contra a integridade dos nossos territórios; mas não terão eles, no final das contas, feito senão substituir um perigo por outro, e talvez maior?". (BURNS, 2003, pg.187)

²⁸ ROCHA, Pombo. "A Doutrina Monroe", *Correio do Amanhã* (Rio de Janeiro), 11 de dezembro de 1905, página 2.

²⁹ João Pandiá Calógeras (Rio de Janeiro, 19 de junho de 1870 — Petrópolis, 21 de abril de 1934) foi um engenheiro, geólogo e político brasileiro. Foi deputado federal por Minas Gerais, ministro da Agricultura, Comércio e Indústria (1914) e da Fazenda (1916) durante o governo de Venceslau Brás. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pandi%C3%A1_Cal%C3%B3geras> Acesso em agosto de 2022.

³⁰ *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro), 11 de dezembro de 1905, página 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a queda da monarquia no Brasil e o advento da República, o país passou a exibir um novo âmbito, no que se trata de desenvolvimento político, social e econômico, tendo em vista os novos entendimentos das instituições políticas e econômicas. A prosperidade passou a ser um resultado dessas novas práticas, se refletindo imediatamente na agenda da política externa brasileira. A nação se preparava assim, para se projetar no cenário internacional, buscando defender seus interesses.

As questões das fronteiras, explicitadas previamente foram algo sempre exposto e que precisava ser definido neste novo capítulo do Brasil, desta vez Republicano. Felizmente, com a destreza do Barão do Rio Branco, o país conseguiu resolver furtivamente tais questões, através de uma sequência de acordos, tratados e negociações, delimitando bem as fronteiras brasileiras com nossos vizinhos, se estendendo desde o Uruguai até a Guiana Francesa. Após a demarcação das fronteiras, a política externa pode-se adentrar e pensar em soluções no que tangia a inserção do Brasil no cenário internacional.

É somente com o início da gestão do Barão do Rio Branco, que a política externa e a diplomacia brasileira se incorporaram. A junção do bom momento em que o país vivenciou e as competências singulares do ministro das relações exteriores, resultaram em uma política bem orientada e um Itamaraty reformulado, que mais tarde colheria frutos de uma disposição de influência e liderança. A inserção do Brasil no exterior contou com a chamada “Aliança Não Escrita” ou popularmente “*Unwritten Alliance*” com os Estados Unidos, onde o país se inspirou nas instituições de seu vizinho para criar a nova constituição e princípios deste novo Brasil que nascera.

Apesar de muitos fatos históricos, políticos e comerciais relacionados entre os dois países datados desde o Brasil Império, como por exemplo, o reconhecimento da independência pelos EUA em 26 de maio 1824, e o estabelecimento de relações diplomáticas a partir de então, é somente a partir do impulso do chanceler Rio Branco (1902-1912), que esta tendência à aproximação se tornou mais robusta. O ministro estava disposto a alinhar o Brasil com os Estados Unidos, pois entendeu que era vantajoso se beneficiar do poder e predominância de um país deste patamar. Fica evidente, que o fato das influências da Doutrina Monroe terem coincidido com as

ações brasileiras e ganhando apoio internamente, fizeram com que o governo de Washington se afeiçoasse com o governo do Rio de Janeiro, demonstrando confiança, chegando a apoiar até mesmo o Itamaraty nas importantíssimas questões de fronteiras com o Peru.

Com o bom relacionamento em voga, o auge desta aproximação foi a elevação de status de legação para embaixada dos EUA no ano de 1905, ato importante, ainda mais em um momento onde haviam mais legações que embaixadas na capital norte-americana. Esta seria uma harmonia muito importante para a história da diplomacia do Brasil, bem como a situação do *Panther*, onde este companheirismo se fortaleceu. Talvez, citar quem mais lutou para aproximação entre os países, se Joaquim Nabuco como embaixador brasileiro em Washington, ou Rio-Branco seja um tema para uma pesquisa posterior mais densa, contudo, é indiscutível que ambos tiveram relevância no que tange ao suporte que deram à chancelaria do Brasil, pois somente com entusiasmo, energia e dinamismo a aproximação foi possível, como foi possível verificar em diversos dos arquivos diplomáticos.

De fato, fica entendido que o Brasil foi muito bem servido com exímios estadistas e diplomatas influentes, que souberam muito bem ponderar os interesses políticos da nação. Destarte, a longa gestão do Barão do Rio Branco de cerca de doze anos, representou um marco na diplomacia brasileira. As duas maiores modificações na gestão do chanceler, se deram com as mudanças no eixo diplomático (da Europa para o Novo Mundo) e os objetivos da agenda de política externa brasileira, ambas concernentes aos Estados Unidos. Ambas, sendo referenciadas, seguidas e estudadas até os dias atuais.

Por tanto, a partir das pesquisas feitas para esta monografia, é compreensível que, com as mudanças feitas pelo Barão do Rio-Branco na política externa do país, inseriu o Brasil em uma tendência internacional, passo importante rumo ao futuro, que resultou em diversos benefícios políticos, econômicos e sociais, que iriam se expandir com o passar dos anos. Os Estados Unidos se tornaram um parceiro essencial e indispensável para tal. Foi compensador a Washington de fato, terem um parceiro de magnitude como o Brasil, que os desse suporte na zona de influência latino-americana, ainda mais com a diplomacia do dólar em voga e as suspeitas de ações vindas de Washington.

Com muita perspicácia, determinação, inteligência e muito entusiasmo, o Barão fez jus a sua posição e responsabilidades, não é a toa que o mesmo é considerado um dos maiores estadistas que o Brasil já teve, e patrono da diplomacia brasileira. Foi um grande entendedor de história e geografia que rendeu características peculiares ao Brasil, que hoje é um vasto país com dimensões continentais muito bem delimitadas. Rio Branco reforçou e aproximou as relações políticas entre Brasil dos Estados Unidos, destacando a importância que essas relações entre ambos os países tiveram no desenvolvimento da política externa brasileira (precisamente no que tange a delimitação de fronteiras), ampliando o prestígio do Brasil a nível internacional, transformando a política externa brasileira mais progressista, significativa, moderna e atuante.

As razões pelas quais motivaram o ministro a privilegiar as relações diplomáticas com os EUA durante toda a sua administração foram simples e conscientes: o Brasil tinha metas a alcançar e todo o corpo diplomático do país, se baseou em relações recíprocas e clementes. Por isso, é evidente os estímulos feitos para que essa aproximação fosse efetivada. De acordo com a folha informativa de Relações Bilaterais, do próprio Departamento de Estado dos EUA, os Estados Unidos e o Brasil sempre desfrutaram de relações políticas e econômicas grandiosas, sempre se consideraram bons amigos.

Se no século passado os países tinham muito a oferecer, crescer e contribuir, nos atuais mais ainda, pois como duas das maiores democracias e economias do Hemisfério Ocidental, ambos os países têm uma parceria que está enraizada em um compromisso singular compartilhado de expandir o crescimento econômico e próspero, promovendo a paz internacional, respeitando os direitos humanos, além de seguir fortalecendo a cooperação em defesa e segurança.

6. REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Joaquim Nabuco. In: Perfis Brasileiros. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de, e BARBOSA (organizadores), Rubens Antônio. Relações Brasil-Estados Unidos: Assimetrias e Convergências. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, **Paulo Roberto de.** Relações Internacionais e Política Externa do Brasil. Porto Alegre, Editora UFRGS, 1998.

AMORIM, Celso. As duas vidas de Joaquim Nabuco: o reformador e o diplomata. Brasília: FUNAG, 2010.

ANDRADE, Olimpio de Souza. Joaquim Nabuco e o Brasil na América. 2º ed. rev., São Paulo: ed. Nacional, 1978.

BANDEIRA, Moniz. A Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. O Barão do Rio Branco: missão em Berlim (1901-1902). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CERVO, Amado Luiz, e BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____, **Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo.** A Política Externa Brasileira (1822-1985). São Paulo, Editora Ática, 1986.

_____, **Amado Luiz.** Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Revista Brasileira de Política Internacional [online]. 2003, v. 46, n. 2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200001>>. Acesso em Agosto de 2022], pp. 5-25.

_____, **Amado Luiz.** Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

FERNANDES, Levi Carneiro. Discursos e Conferências. São Paulo: Editora Sul Americana, 1954.

FILHO, Synesio Sampaio Goes. Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas: Um Ensaio sobre a Formação das Fronteiras do Brasil, São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FIORI, José Luís (coord.). O poder americano. Coleção Zero à Esquerda. 2ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

Floriano Vieira Peixoto. **Centro de Referência de Acervos Presidenciais do Arquivo Nacional.** Disponível em: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/101-floriano-peixoto>> Acesso em 21 de julho de 2022.

GANZERT, Frederic William. The Baron Do Rio-Branco, Joaquim Nabuco, and the Growth of Brazilian- American Friendship (1900-1910). In: The Hispanic American Historical Review, Aug., 1942, Vol. 22, No. 3 (Aug. 1942), pp. 432-451. Publicado por: Duke University Press. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2506833> > Acesso em 16 de agosto de 2022.

HEALY, DAVID. Review: The Politics of Diplomacy: Brazilian-American Relations in the 1890s. Reviewed Work: Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire by Steven C. Topik. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/24913708>> Acesso em 03 de agosto de 2022.

HIRST, Mônica. Os cinco “as” das relações Brasil – Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. (Org.). Relações internacionais do Brasil: temas e agendas. São Paulo: Saraiva, 2006.

KISSINGER, Henry. Years of Renewal. London, Weidenfeld and Nisolson, 1999.

_____, **Mônica.** Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades, com ensaio analítico de Andrew Hurrell. In: FGV de Bolso, Série Entenda o Mundo. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____, **Mônica.** Understanding Brazil-United States Relations: contemporary history, current complexities and prospects for the 21st century (Coleção Política Externa Brasileira). Brasília: FUNAG, 2013.

LAFER, Celso. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro. São Paulo, Perspectiva, 2004.

MAGNOLI, Demétrio. O Corpo de Pátria - Imaginação Geográfica e Política Externa no Brasil (1808-1912). São Paulo, Moderna, 1997.

Manoel Deodoro da Fonseca. **Centro de Referência de Acervos Presidenciais do Arquivo Nacional.** Disponível em: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registo-de-autoridade/168-prudente>> Acesso em 21 de julho de 2022.

Manoel Ferraz de Campos Salles. **Centro de Referência de Acervos Presidenciais do Arquivo Nacional.** Disponível em: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registo-de-autoridade/89-campos-salles>> Acesso em 21 de julho de 2022.

Ministério das Relações Exteriores (1889-1930). **Memória da Administração Pública Brasileira do Arquivo Nacional.** Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/485-ministerio-das-relacoes-exteriores-1891-1930>> Acesso em 03 de agosto de 2022.

NABUCO, C. A. Vida de Joaquim Nabuco. 4º ed. rev. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____, **Cristina Soreanu.** As relações Brasil-Estados Unidos. Coleção Relações Internacionais: Série Parcerias Estratégicas com o Brasil. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

PESSOA, Reynaldo Carneiro (org.). A Ideia Republicana no Brasil Através dos Documentos. São Paulo, Alfa-Omega, 1973.

PEREIRA, Gabriel Terra. A diplomacia da americanização de Salvador de Mendonça (1889-1898). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579830068. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109100>>.

Prudente José de Moraes e Barros. **Centro de Referência de Acervos Presidenciais do Arquivo Nacional.** Disponível em: <<http://presidentes.an.gov.br/index.php/arquivo-nacional/60-servicos/registro-de-autoridade/168-prudente>> Acesso em 21 de julho de 2022.

RICUPERO, Rubens. A Diplomacia na Construção do Brasil (1750-2016).1ª Edição. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

_____, **Rubens.** Visões do Brasil: ensaios sobre a história e a inserção internacional do Brasil. São Paulo: Editora Record, 1995.

ROSATI, Jerel A.; SCOTT, James M. The politics of United States foreign policy. 5th. ed. Boston: Wadsworth, 2011.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. Uma política para o continente – reinterpretando a Doutrina Monroe. In: Revista Brasileira de Política Internacional, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/NtyHN9QBWLBTB4bZNJG6F3R/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

UNITED STATES OF AMERICA. U.S. Department of State. BILATERAL RELATIONS FACT SHEET: U.S. Relations With Brazil. Disponível em: <<https://www.state.gov/u-s-relations-with-brazil/>> Acesso em 19 de abril de 2022.